



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS-CSHNB
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

SONÁRIA GOMES ARAÚJO

**LIÇÕES SOBRE O SER NEGRO (A): UMA PESQUISA-AÇÃO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE PICOS - PI**

PICOS-PI
2014

SONÁRIA GOMES ARAÚJO

**LIÇÕES SOBRE O SER NEGRO (A): UMA PESQUISA-AÇÃO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE PICOS - PI**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rebeca de Alcântara e Silva Meijer.

**PICOS-PI
2014**

Eu, **Sonária Gomes Araújo**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 07 de fevereiro de 2014.

Sonária Gomes Araújo
Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

A663I Araújo, Sonária Gomes.
Lições sobre o ser negro(a): uma pesquisa-ação em uma escola municipal de Picos - PI / Sonária Gomes Araújo. – 2014.

CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (45 p.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Profa. Dra. Rebeca Alcântara Silva Meijer

1. O Ser Negro. 2. Lei 10.639/2003. 3.Extensão Universitária. I. Título.

CDD 301.451.96081

SONÁRIA GOMES ARAÚJO

**LIÇÕES SOBRE O SER NEGRO (A): UMA PESQUISA-AÇÃO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE PICOS - PI**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rebeca de Alcântara e Silva Meijer.

Aprovada em: 11/02/2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr^a. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Prof^a Esp. Claudete Santana de Sousa (Examinadora)
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)



Prof^a. Dr^a Maria Das Dôres de Sousa (Examinadora)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

À minha família: mãe, pai, irmãs e em especial ao meu esposo e aos meus filhos queridos que antes de qualquer coisa são o alicerce que me motiva a lutar e a conquistar os meus objetivos.

AGRADECIMENTO

Principalmente a Deus pela proteção e inspiração, pelo dom da vida e por colocar pessoas maravilhosas em meu caminho.

Ao meu esposo Cleidiano que nunca permitiu que eu desistisse e pelo contrário sempre me ajudou e me incentivou a persistir nessa caminhada.

Aos meus filhos queridos Sávio e Sâmia que são a base que alicerçam a minha força nesta caminhada, são a minha doce motivação.

A família por ser um porto seguro e sempre me apoiar em todos os momentos desse percurso. Minha mãe Nazaré, meu pai Dué e minhas quatro irmãs: Soraiva, Soraia, e em especial Samara e Saionara por ter contribuído de forma direta nessa minha trajetória.

À minha tia Kátia que sempre me incentivou e me ajudou de forma direta para que eu permanecesse nessa caminhada.

Aos amigos e amigas que em meio aos momentos mais difíceis sempre estiveram junto a mim transmitindo palavras de força. Especialmente as minhas amigas: Evlannyelie, Raylla, Eva Jussara, Denise e Kleiane que não me permitiram desistir no meio do caminho e pelos bons momentos de amizade durante o curso e ainda Joelma e Vanessa que contribuíram bastante para esse feito.

Agradeço ainda à minha orientadora, professora Rebeca que foi de suma importância para realização desse trabalho me despertando para um novo campo do saber e por seu apoio e conhecimento transmitido.

Por fim, aos demais sujeitos que participaram direta ou indiretamente de todo esse processo de estudos.

“Sendo fundamento do diálogo, o amor é,
Também, diálogo. Se não amo o mundo, se
Não amo a vida, se não amo as pessoas,
Não me é possível o diálogo”.

PAULO FREIRE

RESUMO

Os negros desde os tempos da escravatura vêm lutando por liberdade e igualdade de direitos. Ainda hoje eles lutam para extinguir o racismo, ideologia que ainda perdura na sociedade contemporânea. A introdução de temáticas como racismo, preconceito, discriminação racial se fazem necessárias no ambiente escolar para que se promova uma educação positiva das relações étnico-raciais no Brasil. Essa ação educacional faz cumprir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas instituída pela implementação da lei nº 10.639/03. Essa discussão foi realizada na Escola Municipal Francisco Jeremias de Barros na cidade de Picos PI no âmbito do Programa de Extensão da UFPI/CSHNB “*Didática das Africanidades na Escola*” e teve como meta principal a elaboração e aplicação de intervenções pedagógicas com vistas a formação de profissionais da educação para o implemento da referida Lei. Desenvolveu-se e analisou-se a formação docente tendo como base quatro eixos: saberes docentes e afro descendência; cultura negra, literatura de base africana e o ser negro/a, tema base da presente pesquisa. O suporte teórico ancorou-se principalmente em Santos (2005), Munanga (2005), Silva R. (2005), Meijer (2012) e Gomes (2010). Utilizou-se o método da pesquisa-ação, tendo como meta transformar a realidade problematizada analisando o desenvolvimento de intervenções pedagógicas acerca de o tema ser negro numa escola da educação básica de Picos PI com vistas a implementar a Lei. 10639/2003. A pesquisa mostrou que até o desenvolvimento do Programa de Extensão a escola campo da pesquisa ainda não havia desenvolvido atividades implementadoras das questões raciais presentes na Legislação atual. Apontou-se como causa a falta de formação docente. Após as intervenções formativas os profissionais da educação da escola passaram a compreender a concreta necessidade de promover uma educação das relações étnico-raciais positivas e promover o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Construiu-se plano pedagógico incluindo a referida temática no calendário escolar do próximo ano letivo, bem como passaram a desenvolver atitudes de combate ao racismo e de respeito ao ser negro/a.

. **Palavras-chave:** Ser negro/a. Lei nº 10.639/03. Extension Universitária.

ABSTRACT

Blacks since the days of slavery have been fighting for freedom and equal rights. Even today they struggle to extinguish the racism, ideology that still endures in contemporary society. The introductions of topics such as racism, prejudice, racial discrimination are necessary for the school environment to promote a positive education of ethnic and racial relations in Brazil. This educational action enforces mandatory teaching of Afro - Brazilian and African History and Culture in public and private schools established for the implementation of Law No. 10.639/03. This discussion was held at the Municipal School of Jeremiah Francisco Barros in the city of Picos PI under the Extension Program UFPI / CSHNB " African ties Curriculum of the School " and had as main goal the development and implementation of educational interventions aimed at training education professionals to implement the said law was developed and analyzed teacher training based on four axes : teachers and African descent knowledge , black culture , African literature and the base is black / the basic theme of this research . The theoretical support is anchored mainly in Santos (2005), Munanga (2005), Silva R. (2005), Meijer (2012) and Gomes (2010) We used the method of action research , aiming to transform reality problematized analyzing the development of educational interventions on the subject to be black in a school of basic education Picos -PI in order to implement the Lei.10639/2003 . Research has shown that even the development of the Outreach Program school research field still had not developed implementing activities racial issues present in the current legislation. It was pointed out as a cause lack of teacher training. After the training interventions professional education school began to understand the real need to promote positive education of ethnic-racial relations and promote the teaching of History and Culture African and Afro - Brazilian. Was constructed pedagogical plan include that theme in the academic calendar of the next school year and started to develop attitudes to combat racism and respect to be black / a

Keywords: Being black / a. Law No. 10.639/03. University extension.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Socialização com música Afro.....	33
Imagem 2 – Apresentação de trabalho.....	33
Imagem 3 – Alunos assistindo o filme.....	35

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Plano de intervenção I.....	32
Quadro 2 – Plano de intervenção II.....	34
Quadro 3 – Plano de intervenção III.....	37
Quadro 4 – Plano de intervenção IV.....	38
Quadro 5 – Proposta metodológica.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problematização.....	13
1.2	Objetivo Geral.....	13
1.3	Objetivos Específicos.....	14
1.4	Implicações Pessoais	14
2	O SER NEGRO E A EDUCAÇÃO	16
2.1	Ações afirmativas e legislação.....	18
2.2	Conceitos Fundamentais	19
2.3	Formação Docente	20
3	METODOLOGIA	24
3.1	Pesquisa - ação.....	24
3.2	Campo da pesquisa.....	26
3.3	Sujeitos da Pesquisa.....	27
3.4	Dados Elaborados.....	27
3.5	Sobre As Intervenções Realizadas.....	28
4	INTERVENÇÕES SOBRE O SER NEGRO NA ESCOLA	29
4.1	Avaliação diagnóstica.....	29
4.2	A África e suas Influências No Brasil.....	32
4.3	Os Que é Ser Negro?Preconceito, Racismo e Discriminação.....	34
4.4	Formação dos profissionais da educação.....	37
4.5	Planejamento da Ação Docente sobre o ser Negro.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem esteio em algumas intervenções desenvolvidas pelo Programa de Extensão da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros e tem como título: “Didática das Africanidades na Escola”, realizado na Escola Municipal Francisco Jeremias de Barros localizada no bairro Samambaia na cidade de Picos - PI, contemplando as turmas do 1º ao 5º ano, formadas por aproximadamente 80 alunos, 5 professores, coordenador, diretora e demais funcionários, buscando metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem que contribuam para implementação da Lei nº10. 639/2003 que estabelece o ensino da História e da Cultura Africana e Afro brasileira e da educação das Relações Étnico-Raciais na educação básica.

No contexto da execução do Programa de Extensão, realizou-se uma pesquisa-ação a partir da análise de intervenções pedagógicas promotoras da formação de professores sobre o trato com questões de cunho étnico-racial. Dentre as diversas temáticas de pesquisa e formação docente escolhi a temática ser negro/a. No âmbito desse tema trabalhamos com questões fundamentais para a promoção de uma educação das relações étnico-raciais positivas. Entre as diversas temáticas destaco: racismo, preconceito, estigma da cor, ideologia que impera em torno do ser negro desde os primórdios da existência humana, entre outros.

Sabemos que sempre existiram argumentos para justificar a escravização, pois mesmo depois da abolição da escravatura em 1888, a população negra foi impedida por força da lei¹ de estudar por muitos anos e assim o racismo vem se arrastando por mais de quatro séculos. Para Silva R. (2005) só quando desconstruirmos a ideologia que desumaniza e desqualifica poderemos contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial e autoestima dos afrodescendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania.

No Piauí, segundo o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Censo 2010 a alta intitulação de cor e raça se deu da seguinte forma: consideraram-se pretos 9,4% e pardas 64,0% somando um total de 73,4% de sua população, além disso o estado do Piauí está em 5º lugar entre os estados brasileiros com maior

¹ Decreto nº1.331, de 17 de fevereiro de 1854 não permitia escravos em escolas públicas, e no decreto nº7.031-A, de 06 de setembro de 1878 só permitia que os negros estudassem no período noturno.

população negra. Diante dos dados presente não há como negligenciar a questão racial no Estado. A população negra é a maioria do povo piauiense e é a minoria em visibilidade nas práticas pedagógicas e curriculares de nossas escolas.

Os principais autores que fundamentam este trabalho são Munanga (2005), Santos (2005), Silva, R. (2006), Gomes (2010), entre outros.

1.1 Problematização

Sabemos que o ser negro tem sido discriminado desde a escravização e desde então o que nós brasileiros aprendemos acerca do mesmo a partir da nossa educação é que vieram da África, apanhavam e eram humilhados pelos capitães do mato e ainda pelos donos das fazendas, após a escravização o que sabemos é que o governo brasileiro os deixou a ver navios, ou seja, sem nenhuma perspectiva e que de certa forma continuaram escravos das vontades da elite branca e racista. Porém essa versão da história foi escrita pelo colonizador e não contribui em nada com a valorização das culturas e tradições de raízes negras africanas. O olhar sobre o ser negro, de forma ainda muito expressiva é reducionista e inferiorizante.

A lei nº10639/2003 foi criada no intuito de corrigir essa tendência pejorativa predominante no imaginário coletivo. Pretende-se potencializar um olhar de valorização sobre o ser negro. Porém essa lei ainda não teve a devida inserção nas escolas. A maioria das pessoas que trabalham na educação não conhece ou não ouviram se quer falar nela. Frente a esse desafio a universidade Federal do Piauí desenvolveu o Programa de Extensão Didática das Africanidades na escola com vistas a analisar intervenções pedagógicas para a implementação da lei nº 10639/2003 a partir dos seguintes eixos: literatura de base africana, saberes docentes, cultura negra e o ser negro. A partir do último eixo de extensão universitário acima apresentado, desenvolvemos a presente pesquisa no intuito de analisarmos até que ponto o desenvolvimento de intervenções pedagógicas acerca do tema Ser Negro pode contribuir para a implementação da lei 10639/2003?

1.2 Objetivo Geral

Analisar o desenvolvimento de intervenções pedagógicas acerca do tema ser negro/a numa escola de educação básica de Picos - PI com vistas a implementar a lei 10639/2003.

1.3 Objetivos Específicos

Descrever o desenvolvimento de algumas intervenções pedagógicas acerca do tema ser negro/a numa escola da educação básica de Picos - PI.

Avaliar até que ponto intervenções pedagógicas acerca do tema ser negro/a realizadas numa escola de educação básica podem contribuir com a implementação da lei 10639/2003

1.4 Implicações Pessoais

Ser negro na sociedade em que vivemos não é fácil, os preconceitos são diversos e os sofrimentos são inexprimíveis ao longo da história.

Eu sou parda, o que quer dizer que sou negra, no entanto a partir das discussões acerca do ser negro percebi que assim como milhões de brasileiros, sou racista, preconceituosa e foi a partir deste trabalho que pude perceber o quanto estava equivocada entre ações e pensamentos negativos sobre a pessoa negra. Confesso que diversas vezes mudei de calçada e/ou segurei fortemente minha bolsa ao passar por um negro em ruas da cidade. Por isso considero esse trabalho muito relevante pela mudança de visão que o mesmo me proporcionou. Não é fácil reconhecer-se preconceituosa, nesse caso foi preciso mais que um reconhecimento, foi uma transformação de paradigmas pessoais. Hoje o ser negro para mim é uma pessoa comum como todas as outras e que não é a cor que nos torna melhor ou pior que os outros e sim as escolhas que fazemos ao longo de nossas vidas independentemente de sermos pretos e/ou brancos.

Esse trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo que o primeiro é a introdução, onde apresento o problema de pesquisa, a relevância desse tema, a questão norteadora e os objetivos bem como a estrutura da monografia.

No segundo capítulo apresento o referencial teórico acerca do ser negro, sendo trabalhada nesse módulo a questão da escravização, do racismo,

preconceito, discriminação e o ser negro na educação e o estigma da cor negra e a legislação sobre essa temática.

No capítulo três apresento o referencial metodológico: A pesquisa-ação, bem como uma breve história da pesquisa-ação, os propósitos de uma pesquisa assim constituída, o campo da pesquisa e os sujeitos da pesquisa.

O quarto capítulo descreve e analisa as intervenções feitas ao longo do programa de extensão intitulado Didática das Africanidades na escola.

E, finalmente no quinto capítulo apresento as considerações finais onde reúno alguns resultados e algumas mudanças efetivas alcançadas na escola uma vez que as transformações da realidade problematizadas são as metas de uma pesquisa-ação.

2 O SER NEGRO E A EDUCAÇÃO

Em uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Ceará com estudantes do curso de pedagogia sobre a questão norteadora o que é ser negro? A pesquisadora inicia a introdução de seu texto dissertativo com a seguinte questão provocadora:

Você já se perguntou o que é ser negro? Eu já, muitas vezes. Durante bastante tempo as respostas oscilaram entre dois extremos: bom/ruim; bonito/feio; fracassado/ bem sucedido; forte/ fraco; bárbaro/ civilizado, etc. Meus conceitos não passavam disso. Observava o ser negro de longe, não parava para tocar, cheirar, ouvir... Sentir de perto. Acho que as luzes da cultura Ocidental ofuscavam minha percepção. Nem mesmo minha própria negrura escapava à regra. Ela passava silenciosa em mim, sem arriscar um oi [...] (SILVA, R. 2006, p.01)

Em se tratando de uma pesquisa com o tema relacionado ao ser negro faz - se necessário um breve esboço acerca de sua história. Esse povo forte e diverso desde a sua escravização tem sofrido mazelas, inexprimíveis dores, agressões de todo tipo, considerado por muito tempo como um animal selvagem e sem sentimentos. E apesar de sua luta por liberdade, a escravização persistiu por séculos com injustiça e maus trato.

Sant'ana (2005) em seu artigo História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados concorda com um grande estudioso Ben Marais quando ele afirma que:

[...] há uma relação muito próxima entre o escravidão a quem foram submetidos os negros e a recusa às pessoas de cor negra... O estigma da cor em relação aos negros tem sido reforçado pelos interesses econômicos e sociais que levaram os povos negros a escravidão. Daí o negro ter se convertido em símbolo de sujeição de inferioridade.[...]

A “libertação” foi conquistada aos poucos, primeiramente com a lei do ventre livre de nº 2.040 promulgada no dia 28 de setembro de 1871 a qual afirmava que a partir desta data toda criança que nascesse seria livre, mas, até os 8 anos de idade ele deveria ficar sob-responsabilidade do senhor, e geralmente permaneciam com os mesmos até os 21 anos prestando serviços em troca da estadia.

Depois, pela lei de nº 3.270 promulgada no dia 28 de setembro, de 1885, denominada de lei do sexagenário a qual os escravizados a partir dos sessenta e cinco anos que sobrevivessem, ganhariam a liberdade, no entanto, eles ainda tinham que trabalhar mais três anos para pagar indenização por sua suposta

liberdade e não tinham para onde ir. Na verdade eles só queriam libertar seus senhores de dar comida e moradia a esses pobres idosos.

Só a partir do dia treze de maio de 1888 foi aprovada a lei Áurea que declarou extinta a escravidão no Brasil. Mais será que realmente a escravidão foi extinta no nosso país?

Sem terra, sem instrução, sem dinheiro e sem apoio do governo a tão sonhada liberdade, que embora fosse anseio de tanta gente, deixou um impasse para todo esse povo, para onde iriam? O que fariam? A liberdade foi dada, no entanto não foi lhes dado nenhuma escolha nem uma alternativa para seguir suas vidas com o mínimo de dignidade. Diante disso, os libertos foram obrigados a aceitar os piores serviços, os mais baixos salários e a convivência com um racismo silencioso, mas carregado de violência.

O Brasil, desde a Colônia até a república, teve uma postura permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge ainda hoje a população afrodescendente brasileira. Silva R (2006) reafirma essa visão quando coloca que a situação de profunda desigualdade iniciou com o povo negro ainda na condição de escravo e continuou após 14 de maio de 1888 mesmo com a abolição e ainda mostra sua face em pleno século XXI.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) no ano de 1854 no decreto de nº1.331, de 17 de fevereiro, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos, e a instrução para os negros adultos dependiam da disponibilidade de professores, ou seja, não existia, pois sabemos que neste período existiam poucos professores os quais priorizavam os filhos dos fazendeiros sendo que os mesmos tinham que sustentar suas famílias e os fazendeiros era os únicos que podiam pagá-los.

No decreto nº7.031-A, de seis de setembro de 1878, estabelecia que os negros só poderiam estudar no período noturno e, mais, diversas estratégias foram feitas para impedir o acesso pleno dessa população à educação.

Só após a promulgação da Constituição de 1988, quase um século depois, o Brasil tenta efetivar a condição de um estado democrático de direitos, cidadania e dignidade da pessoa humana, no entanto, o racismo e a discriminação vêm negando todos estes preceitos de cidadania, ainda hoje a questão étnico-racial encontra resistência por parte da população brasileira daí surge à necessidade de uma nova

lei para modificar essa triste realidade. Assim sendo a lei nº10.639/2003 foi formulada para desmistificar esse “martírio” da população negra.

2.1 Ações afirmativas e legislação

A lei nº10.639/2003 torna obrigatório o ensino da história e da cultura Africana e Afro brasileira no ensino fundamental e médio em escolas públicas e/ou particulares e ainda exige que seja divulgada a importância da população negra diante das conquistas brasileiras e suas lutas por igualdade. Esta lei acrescenta os artigos 26 A, 79 B na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/1996.

O artigo 79 B, por exemplo, propõe que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como dia “Nacional da Consciência Negra”. Quem já imaginou algo assim, anos atrás? Que haveria um dia determinado no Brasil para homenagear o Zumbi dos palmares como herói negro do Brasil. Por isso é tão importante ações como essa que afirmam e transformam todo um contexto social, para divulgar com seriedade o quão importante são esses povos para o nosso país a começar por nossas crianças passando pelos jovens e adultos no intuito de fazê-los conhecer e admirar suas culturas, pois elas são o futuro do nosso país assim, teremos em breve, um país sem desigualdades, sobretudo de teor racial.

Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. (BRASIL, 2004, P.19)

De acordo com os nossos estudos (DCNs), ações afirmativas é o conjunto de ações políticas no intuito de corrigir as desigualdades raciais e sociais, tendo tratamento diferenciado com vistas a reparar desvantagens e marginalização criadas e mantidas pela sociedade excludente e discriminatória. Essas ações atende ao determinado pelo Programa de Direitos Humanos (2006) e ainda os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminação.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os

capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Art. 5º Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação. (BRASIL, 2004, P.31-32)

Ainda nos apoiaremos na análise do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que aponta como cada modalidade de ensino deverá abordar as questões étnicas e raciais na sala de aula, e sua obrigatoriedade. O plano destaca as exigências legais contida na lei 10639/2003, tanto para as instituições públicas como privada que determina:

a) Reformular ou formular junto à comunidade escolar o seu Projeto Político Pedagógico adequando seu currículo ao ensino de história e cultura afro brasileira e africana [...]

d) Estimular estudos sobre Educação das Relações Étnicorraciais e História e Cultura Africana e Afro-brasileira, proporcionando condições para que professores gestores e funcionários de apoio participem de atividades de formação continuada e/ ou formem grupos de estudo sobre a temática. (BRASIL, 2004, P.38)

2.2 Conceitos fundamentais

Munanga (2005) em sua obra *Superando o racismo na escola* aponta que a falta de conhecimento com relação à história do negro e sua etnias, fez com que os europeus transfigurassem a personalidade moral do negro e seus conhecimentos intelectuais.

Em sua obra *o que é o racismo?* Santos (2005) apresenta suas principais causas e consequências e o define como “Sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre outros, pregando, em particular, o confinamento dos inferiores numa parte do País” e ainda indaga acerca de grupo racial sendo considerado por ele como “apenas um elenco de características anatômicas: a cor da pele, a textura do cabelo, a altura média dos indivíduos”.

Silva R. (2006) analisa o pensamento de Oliveira quando afirma que o mal nos mitos influenciou o pensamento ocidental, onde a sombra e a cor negra

assumiram representações simbólicas da desgraça da morte e estas características negativas foram atribuídas à população de cor negra como um estigma, principalmente através da educação, destacando que estes conjuntos de heranças culturais mitológicas influenciaram na construção da ideia do negro como inferior.

A mesma ainda classifica o racismo de duas formas: o individual e o institucional. Para a autora o racismo individual “é uma manifestação de atitudes discriminatórias cometidas por alguns indivíduos contra outros podendo alcançar alto nível de violência, tais como agressões corporais, destruições de bens materiais e até assassinatos”. (SILVA, 2006, p.214)

O racismo individual se alarga a cada dia, é visível a discriminação e os estereótipos ao negro simplesmente por sê-lo. Mas, não é do nada que esse estigma surgiu. Em todos os tempos desde a escravização que as instituições inicialmente de fazendeiros vêm impregnando esse sentimento de desprezo e/ou desrespeito pela raça nas pessoas que compõem a nossa sociedade, isso vem acontecendo ao longo dos tempos e embora já exista varias ações para desmistificar esse problema nacional a realidade se opõe ao desejado. Silva R, (2006) entende por racismo institucional que:

Em sua forma institucional o racismo se configura em práticas discriminatórias cometidas pelo Estado direta ou indiretamente. O isolamento de populações negras em determinados bairros, a estereotipação de personagens negros em livros didáticos e paradidáticos, bem como a invisibilidade da história dos negros nos currículos escolares são exemplos típicos desse tipo de racismo. (2006, p.214)

Não podemos esquecer que o racismo institucional se coloca também de forma ideológica e excludente. A partir de representações são consolidadas ações e comportamentos validando modos de ser e escolhas cotidianas ou profissionais fora e dentro das instituições. E o indivíduo legitima essa ideologia arrogante e injusta que insiste em maquinar desigualdades e minar oportunidades.

2.3 Formação docente

Há certa resistência por parte dos educadores em modificar seu Projeto Político Pedagógico (PPP) por motivos diversos devido à necessidade de reformulação, e re-planejamento. Um dos fatores que corroboram com esta

resistência de mudança é bem como a ausência da educação continuada que proporciona as novas formas e temáticas no campo da educação. Faz-se necessário contínua formação a fim de atualizar os profissionais do ensino. No contexto das atualizações da lei 9394/96 está à obrigatoriedade de incluir em regime obrigatório temas com foco na população negra. Porém muitas barreiras, como é o caso da carência em formação continuada, impedem que tais exigências estejam explícitas nos Projetos Políticos e Pedagógicos de muitas escolas, assim como estejam vivas nas práticas pedagógicas dos docentes.

As próprias secretarias de educação não dão a ênfase necessária para possibilitar concretamente a implementação dessa lei e seus objetivos e, ainda deixa a critério do professor trabalhar ou não essas temáticas em sala de aula a depender de sua realidade. No entanto a maioria dos docentes nem procuram saber do que trata a lei, pois não foram capacitados para isso.

Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o ensino superior deverá introduzir e desenvolver disciplinas e projetos voltados para a temática em estudo, no cumprimento das principais ações das instituições de ensino superior como:

- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Etnicorraciais nos cursos de graduação do Ensino Superior [...]
- b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para seus estudantes.
- c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e africanas [...] (BRASIL, 2004 p.39)

A presente lei foi criada com o objetivo de capacitar os educadores no intuito de repensar a realidade vivenciada em nosso país, que esteve ligada continuamente as questões do racismo, preconceito, estigma da cor e a discriminação racial, sendo uma ideologia cultivada desde a antiguidade, como aponta Sant'ana em seu artigo. Ele destaca que na Grécia antiga, por exemplo, Aristóteles afirmava que:

[...] uma parte dos homens nasceu forte e resistente, destinado expressamente pela natureza para o trabalho duro e forçado. A outra parte – os senhores nasceram fisicamente débil, contudo possuidores de dotes artísticos, capacitados assim para fazer grande progresso nas ciências filosóficas e outras (GRIGULEVICH, 1983 apud. SANT'ANA, A.O; , 2005. p.43).

O livro didático tem sido um aliado constante do racismo institucional no sentido que faz menção negativa a esses povos. Na busca de modificar esta realidade Silva A. (2005) no seu artigo defende como propõe a lei 10639/2003, que haja uma reformulação do livro didático, para tanto ele exemplifica formas de trabalhar com os livros que ainda não foram reeditados, na busca de desconstruir a velha ideologia do preto, do pobre, da auto-rejeição, das religiões afro-brasileiras, afirmando que:

A desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial e autoestima dos afrodescendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania. (SILVA, A. C. 2005, p.33)

É essencial que haja uma formação adequada para os profissionais da educação na busca de melhor aplicar a lei nº 10639/2003, como analisaram as pesquisadoras escrevendo em seu texto *Diversidade étnico-racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas (2010)* onde apresentam resultados e advertem sobre a necessidade de capacitar os educadores:

[...] a falta de preparo compromete, sem dúvida, o trabalho de formação humana pelo qual os/as educadores/as são responsáveis. A presença e a representação positiva das diferenças nos diversos espaços e setores sociais ainda são um direito a ser efetivado no Brasil, apesar de esse ter com característica principal o fato de ser uma sociedade pluriétnica e multirracial. (GOMES, et al, 2010, p.62).

Com relação às práticas metodológicas nos inspira o trabalho de Gomes (2005) onde a autora reflete sobre algumas estratégias de atuação, pontuando a importância da formação do professor, afirmando ainda sobre a essencial atualização deste profissional principalmente sobre os temas étnicos e raciais considerando a diversidade cultural de nosso país. Em sua obra ela descreve experiências do Núcleo de Estudos Negros (NEN de Florianópolis) e do Programa de Extensão pedagógico Ilê Aiyê (Salvador – BA), enumerando seus Projetos e conquistas, enfatizando a importância desses profissionais buscarem, conhecer e aplicar essas novas técnicas de ensino.

Dando continuidade a essas ações no ensino superior, enfatizando a capacitação de professores para o ensino da história da cultura africana e afro brasileira, foi criado o Programa de Extensão Didática das Africanidades na Escola, o programa tem como objetivo principal realizar formação continuada e acompanhamento pedagógico dos docentes da educação básica com vistas à implementação da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira e da educação das relações étnico-raciais na educação básica.

Nesse sentido pretende-se elaborar e analisar metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem que contribuam para implementação da referida lei, a partir de intervenções pedagógicas realizadas procurando assim contribuir para a formação docente no âmbito da construção de uma didática das Africanidades na escola.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo estaremos apresentando a metodologia aplicada na pesquisa, começando por afirmar que se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo do tipo pesquisa-ação.

No próximo tópico faremos um breve percurso sobre a história da pesquisa-ação, conceituando-a e fundamentando-a, iremos também descrever o campo da educação ao qual está inserido e, ainda os sujeitos da pesquisa, dados coletados e as intervenções realizadas a partir do Programa de Extensão “Didática das Africanidades na escola”.

3.1 Pesquisa-Ação

Para Dionne (2007) “a pesquisa-ação se desenvolveu para responder principalmente a problemas concretos. A pesquisa-ação nasceu de uma vontade de eficácia”. Não se sabe exatamente quem criou a pesquisa-ação, na maioria das vezes atribui-se a criação do processo a Kurt Lewin ao elaborar etapas da “action research”. Onde o pesquisador Lewin tentou responder a pergunta: como modificar comportamentos humanos de maneira eficaz? Que constituía um verdadeiro plano de ação social. Entretanto acredita-se que embora tenha sido ele o primeiro a fazer uma publicação empregando o termo, há antes na Alemanha, num trabalho realizado em Viena em 1913. A esse respeito Tripp afirma que:

Não há certeza sobre quem inventou a pesquisa-ação. Muitas vezes, atribui-se a criação do processo a Lewin (1946). Embora pareça ter sido ele o primeiro a publicar um trabalho empregando o termo, pode tê-lo encontrado anteriormente na Alemanha, num trabalho realizado em Viena, em 1913. (2005, p.445 apud Dionne 2007)

Segundo René Barbieri, a pesquisa-ação foi lançada para o mundo a partir de um diálogo ocorrido nos Estados Unidos em 1986. Os pesquisadores que ali se encontravam deram-lhe a definição seguinte:

Trata-se de pesquisas nas quais há uma ação determinada de transformação da realidade; pesquisas que possuem um duplo objetivo: Transformar a realidade e produzir conhecimentos relativos a essas transformações. (2007, p.17 in Meijer 2012)

A pesquisa adolecida tem como referencial teórico- metodológico a pesquisa-ação. É uma pesquisa de campo por ser esse um meio de aproximação com a realidade investigada. Segundo Santos (1992, p.158) apud Dionne (2007) a pesquisa de campo é “um método de pesquisa social que envolve a observação direta e fenômenos sociais em seus próprios ambientes”.

É também uma forma de pesquisa qualitativa. Para Costa (2001, p.39) apud Dionne (2007) “o importante na pesquisa qualitativa é que o verdadeiro instrumento de medida é a experiência, a sensibilidade do pesquisador”. Assim sendo saímos da universidade para uma escola do município no intuito de colher informações necessária à reflexão acerca do tema a fim de contribuir com ações transformadoras da realidade escolar.

A pesquisa-ação será o método utilizado em campo, segundo Matos (2001, p. 48,) na prática, significam que:

Há por parte dos pesquisadores o interesse de não apenas verificar algo, mas de transformar. Nesse sentido, precisa haver uma interação entre pesquisadores e pessoas investigadas. O processo de pesquisa é realizado com avaliações e discussões no grupo tanto para redirecionar os planos, quanto para partilhar o conhecimento entre os envolvidos.

Nesse sentido a pesquisa busca analisar o desenvolvimento de intervenções pedagógicas a partir de uma formação pedagógica acerca do ser negro/a numa escola de educação básica de Picos - PI, descrevendo-as e avaliando até que ponto ela contribuiu para implementação da lei nº10.639/2003.

Matos (2001) assegura ainda que a pesquisa-ação alude em uma ação planejada que deverá se realizar no decorrer da pesquisa. Uma pesquisa é assim apreciada quando:

[...] houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada. (THIOLLENT, 1986, p.15).

Nesse aspecto nossa pesquisa investiga possibilidades metodológicas acerca da implementação da lei nº10639/2003 a partir de intervenções pedagógicas, para tanto se fez necessário uma investigação dos conhecimentos prévios dos

sujeitos da pesquisa, descritos a seguir, para desenvolver novos e imprescindíveis conhecimentos.

Segundo Dionne (2007) a pesquisa-ação planejada desenvolve intervenções e essas intervenções nós as identificamos com quatro fases planejadas: a fase de identificação das situações iniciais, fase de projeção das ações, fase de realização das atividades prevista e fase de avaliação dos resultados obtidos. Ainda segundo Dionne:

O pesquisador em pesquisa-ação não desempenha um papel de especialista, mas se insere na dinâmica de ação de mudança e se compromete com as finalidades da ação e com os valores fundamentais do ator. Ele abandona a ilusão de neutralidade de uma pesquisa descompromissada e se engaja politicamente para defender uma causa. Ele permanece atento às redes complexas dos saberes teóricos e dos saberes de ação. (2007 p.124)

Nesta pesquisa foram desenvolvidas as quatro fases. Inicialmente houve a avaliação diagnóstica. Em seguida foram realizadas as intervenções com ajuda da professora e coordenadora do programa de extensão Dr. Rebeca Meijer, onde foram desenvolvidas algumas oficinas só com os alunos sobre o tema gerador ser negro/a na comunidade escolar, já em outro momento e dando continuidade à pesquisa, foi feita uma formação com os professores e demais funcionários da escola. Para finalizar realizamos uma avaliação de tudo que ocorreu durante as intervenções vivenciadas na comunidade escolar.

Por fim, Tripp (2005, p.463) apud Dionne (2007) assinala que “a pesquisa-ação – que se assemelha ao que se denomina intervenção – é um tipo de pesquisa feita pelo prático, adaptada às exigências (formais) de trabalhos acadêmicos”.

3.2 Campo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na instituição de ensino: Escola Municipal Francisco Jeremias de Barros, está localizada no povoado Marques de Sousa, S/N, zona rural conhecida popularmente como Samambaia, Picos- PI, a mesma pertence à rede Municipal de Educação.

A estrutura física da escola é de 05 (cinco) salas de aula para ensino infantil, fundamental de 1º a 9º ano e a educação de jovens e adultos (EJA). A escola funciona nos turnos da manhã, tarde e noite em um total de catorze turmas.

Possui como equipe dirigente: Leiane Caminha Leal - gestora e Shearley Lima Teixeira coordenadora pedagógica. Os níveis de ensino que a escola possui são: educação infantil, 1º ao 4º ano pela manhã, 5º ao 9º ano pela tarde e EJA á noite.

Quanto aos materiais pedagógicos a escola ainda deixa muito a desejar, não há biblioteca, e a sala de computadores funciona na diretoria, e funciona também como sala de professores por ser a única sala climatizada, e uma secretaria. Possui um aparelho de TV, um DVD, um micro system, três microfones com fio, dez computadores, um data show e uma impressora.

Quanto aos recursos humanos a escola conta com uma diretora titular graduada, uma coordenadora pedagógica, uma secretária e uma funcionária administrativa, três vigias e quatro zeladoras. A escola conta com um total de dezessete professores todos graduados.

Os discentes atendidos pela escola são na sua maioria pobres nos aspectos sociais e econômicos. Destacando-se como meio de sobrevivência autônomo e comércio. A renda familiar é na maioria a bolsa família.

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Professores do ensino fundamental I, alunos do 5ºano, diretora, coordenadora pedagógica, merendeiras, funcionárias administrativas e coordenador geral da Escola Municipal Francisco Jeremias de Barros.

3.4 Dados Elaborados

Os dados foram produzidos através de entrevista (avaliação diagnóstica), três intervenções pedagógicas sobre o tema ser negro realizado com alunos do 5ºano, através de uma formação de professoras da Escola Municipal Francisco Jeremias de Barros sobre a mesma temática, e também avaliação final acerca das aprendizagens obtidas na formação dos docentes através de outra entrevista finalizando o trabalho de campo, que aconteceu no período de novembro de 2013 á dezembro de 2013.

3.5 Sobre as Intervenções Realizadas

O curso de formação de professores intitulado: "Didática das Africanidades na Escola" para o reconhecimento e valorização da afro-descendência, foi realizado no âmbito do Programa de Extensão Didática das Africanidades na escola da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos. O programa teve como objetivo principal realizar formação continuada e acompanhamento pedagógico dos docentes da referida escola com vistas à implementação da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira e da educação das relações étnico-raciais na educação básica.

Nesse sentido elaboramos e analisamos metodologias e estratégias de ensino e de aprendizagem capazes de contribuir para implementação da referida lei. As ações no campo de extensão aconteceram a partir de intervenções realizadas por meio de quatro eixos temáticos, a saber: literatura de base africana na escola, saberes docente e afro - descendência, cultura negra na escola e o ser negro o qual foi escolhido como tema dessa pesquisa, problemática que atravessou todos os módulos da formação, que aconteceu por meio de intervenções e ainda gerou inúmeras discussões acerca do tema.

As intervenções foram realizadas inicialmente numa sala de aula para os professores e alunos da mesma a partir de oficinas no intuito de por em ação dispositivos metodológicos de se trabalhar a lei nº10.639/2003. Foram diversas atividades envolvendo a temática, desde confecção de álbum seriado; produção de textos; apresentação de filme "vista a minha pele" socialização e dramatizações do mesmo. Após as intervenções aconteceu a formação de professores na Escola Municipal Francisco Jeremias de Barros, Picos- PI, no intuito de implementar a lei nº10.639/2003.

4 INTERVENÇÕES SOBRE O SER NEGRO NA ESCOLA

Neste capítulo estaremos apresentando as intervenções que foram feitas na escola Francisco Jeremias de Barros e tem como tema o ser negro objetivando a implementação da lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura Afro-brasileira.

Nossa primeira intervenção foi uma avaliação diagnóstica em forma de entrevista, depois fizemos duas oficinas com alunos do 5º ano do ensino fundamental menor onde na primeira mostramos a África e sua importância para o Brasil, focando suas diversidades culturais e a segunda focando principalmente o ser negro a partir de filme.

Após as oficinas com alunos, iniciamos uma formação com professores da escola enfatizando a princípio a parte teórica e depois a parte prática onde os mesmos produziram um planejamento de ação docente sobre o ser negro para o ano letivo de 2014. Por fim realizamos uma avaliação sobre as ações do programa de extensão enfatizando as aprendizagens adquiridas pelas docentes finalizando as ações interventivas de pesquisa.

Neste capítulo estaremos descrevendo essas intervenções e analisando até que ponto elas contribuíram para implementação da lei 10.639/2003 na escola campo da pesquisa realizada.

A descrição e a execução do trabalho realizado sobre o ser negro em sala de aula serão apresentadas nos tópicos seguintes desse capítulo.

4.1 Avaliação Diagnóstica

Toda pesquisa-ação necessita de uma avaliação prévia da realidade a ser pesquisada. Como nos adverte Dionne (2007) ao afirmar que os diagnósticos iniciais são importantes por considerá-lo a base, pois é a partir desse diagnóstico que serão estabelecidas as diversas estratégias que serão usadas durante a pesquisa. Esse instrumental de pesquisa é ferramenta fundamental para o pesquisador problematizar a realidade com vistas a transformá-la em colaboração com a comunidade do contexto problematizado. Frente a essa necessidade minha primeira intervenção foi uma entrevista feita no dia catorze de novembro de dois mil e treze com a professora do 5º ano da escola pesquisada no intuito de descobrir o que ela

sabe, e/ou põe em prática, sobre a lei 10.639/2003 em especial sobre o tema ser negro.

A primeira abordagem com a docente teve como propósito conhecer sua concepção sobre o ser negro, momento em que a mesma nos revelou que “Ser negro é muito discriminado, ainda hoje tem muita discriminação sobre a pessoa negra, em sala de aula é... Em lugares sociais sempre tem o racismo, que eu acho muito errado” (Professora do 5º ano, 14/11/2013).

A professora reconhece que vivemos numa sociedade racista. Ela percebe que ser negro no Brasil é viver um cotidiano de práticas de discriminação, inclusive na escola. Além da discriminação a professora reconhece que há práticas racistas na sociedade de modo geral considerando errado tais práticas. Nossa segunda questão pretendeu saber sobre o conhecimento da docente sobre a Lei nº 10639/2003, sua aplicação no contexto pedagógico da escola. A docente nos respondeu que ainda não tinha conhecimento da referida lei, nos comunicando também da não aplicação legal na escola.

Acho, devido à falta de informação, da secretaria não tem tanto interesse desse tipo de coisa sobre o racismo que é uma coisa que tem que ser bem trabalhada, pra não existir o preconceito só que as pessoas nem liga, nem se importa. (Professora do 5º ano, 14/11/2013).

A docente nos revela que não conhecia a lei 10639/2003 e que a escola não a implementa. Ela acredita que a não implementação se deve ao fato de que o poder público municipal não ter interesse até o presente momento em questões de cunho racial apesar de considerar importante trabalhar de forma comprometida e responsável. Essa constatação está presente em diversos estudos recentes acerca a incorporação de conteúdos com enfoque étnico-Racial nas práticas pedagógicas e curriculares dos docentes, a exemplo de Mesquita (2013) em seu trabalho monográfico relacionado ao ser negro quando indaga acerca da problemática como os educadores irão ensinar história africana, por exemplo, se até então o que sabem sobre a África e sobre os negros é apenas os que os livros de história e a televisão mostram, ou seja, apenas sobre “a escravidão”, “a miséria”, “a fome” e as “doenças”. Como irão trabalhar segundo a lei se não as conhecem?

Ao indagar sobre sua raça/etnia, a docente se auto declarou negra, porém afirmou sua raiz indígena, o que denotou certa confusão típica do mito da

miscigenação brasileira. “Eu me considero negro, só que é colocado pardo, no meu registro de nascimento é pardo, mais eu sou negra, sou descendente de índio, sou morena, eu gosto de ser considerada como negra, é parda” (Professora do 5º ano).

Segundo os dados do IBGE, a maioria da população picoense é negro, Silva F. (2013) assegurado pelo censo 2010 em seu trabalho monográfico afirma que a população residente em Picos é constituída de 28. 279 pessoas brancas, 5.242 pessoas pretas e 38.972 pessoas pardas, equivalente à maioria da população picoense.

É de grande relevância que os docentes reconheçam sua negritude. Esse dado acerca da identidade racial da docente pode se revelar facilitador da formação sobre o ser negro.

Indagamos a docente entrevistada se já havia trabalhado com tema relacionado ao preconceito e ou racismo na escola. A mesma nos informou que sim, mesmo sem entendimento sobre a questão: “Já, já, inclusive no mês passado a gente fez trabalho na sala de aula com os alunos que era pra falar sobre preconceito e o racismo, se eles já tinham presenciado algum tipo de preconceito com eles ou com outra pessoa”. (idem).

Apesar de a docente ter revelado que não tinha conhecimento sobre a lei 10639/2003, ela já havia abordado o tema do racismo e do preconceito com os alunos. Porém, sem a devida formação para o trato pedagógico do tema, corre-se o risco de fortalecer ideologias racistas e discriminatórias ao invés de colaborar com o combate ao racismo e as práticas discriminatórias. Seguimos nosso roteiro de perguntas perguntando: você já presenciou alguma cena de racismo na escola ou fora da escola?Qual?

Já, já. Aluno chamar outro de negro seu negro velho, aí a gente teve que orientar falar que é bullying, bullying racial que não pode acontecer na sala de aula mais a gente não tem assim, como é que diz “conhecimento profundo” para poder saber explicar, era o que eu queria mesmo nas escolas que implantasse isso. (ibidem)

A fala da docente reforça nossa desconfiança sobre a falta de formação acerca do tema. A docente revela que já presenciou práticas racistas na escola e que tentou intervir. Porém acrescentou que não tem certeza se sua intervenção.

Como podemos perceber, havia grande desconhecimento e falta de saberes docentes especializados para o trato pedagógico de temas importantes para a promoção de uma educação das relações étnico-racial positivas. A docente

reconheceu, portanto, a concreta necessidade de formação para qualificar o profissional do ensino.

A docente nos mostra que acredita que o tema ser negro é de fundamental importância para professores e alunos negros. Porém, segundo as Diretrizes Curriculares, Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004, Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, o trato pedagógico das questões raciais é um ganho para a população brasileira de modo geral e não apenas para a população negra.

4.2 A África e suas Influências No Brasil.

Essa oficina foi realizada no dia dezanove de novembro, com os alunos e professora do 5º ano do ensino fundamental menor da escola Francisco Jeremias de Barros, tendo como objetivo de resgatar e valorizar a história do negro e ainda a sua autoestima. A seguir apresentamos o plano de intervenção.

Quadro 1 - Plano de intervenção I

1º Momento -	Mostra de slide sobre a África
2º Momento -	Vídeo: África de A a Z
3º Momento -	Produção de Álbum seriado
4º Momento -	Apresentação do Álbum

Nesse dia, iniciamos a aula com música Afro, em seguida apresentamos um slide sobre algumas peculiaridades da África e um vídeo da África de A a Z no intuito de fazê-los, inicialmente, compreender que África é um Continente imenso, com vários países muitas línguas e diversas culturas. Depois que assistimos ao vídeo debatemos sobre o ser negro, suas origens, as distorções que há acerca desse tema, o racismo, preconceito que existe principalmente por falta de informação, conhecimento sobre sua história e a existência da lei 10.639/2003 e sua importância para mudar certas concepções distorcidas sobre o tema.



Imagem 1 – Socialização com música Afro. (arquivo pessoal)

Após essas atividades citadas acima, dividimos a turma em cinco grupos (equipes) onde cada uma recebeu textos com temas diferentes como: O que é a África? Culinária; Indumentária; Folgedos e danças; Capoeira fazendo um reconhecimento do que temos de cultura africana. A partir da leitura dos textos os alunos confeccionaram um álbum seriado com capa, título e nome da equipe. Ao final apresentaram os trabalhos.



Imagem 2 – Apresentação de trabalho (arquivo pessoal)

Essa oficina contribuiu para que os alunos descobrissem a grandeza do Continente africano, no sentido que antes só conheciam o lado pobre e miserável, de forma discriminatória, considerando-o como um país e não como Continente. Sem dúvida, possibilitou a desconstrução de pensamentos equivocados e tendenciosos sobre a África e seus povos. A intervenção implementou uma das determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira quando afirma que:

Em História da África, tratada em perspectivas positiva, não só de denúncia da miséria e discriminação que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afros descendentes no Brasil.(2004, p.21)

Tal determinação explícita nas Diretrizes reforçam o que foi falado anteriormente, além de ser uma das determinações para o ensino da história da África.

4.3 O Que é Ser Negro?Preconceito, Racismo e Discriminação.

Essa terceira intervenção foi realizada no dia vinte do mês de novembro de dois mil e treze, também com alunos e professora do 5º ano do ensino fundamental I no intuito de apresentar conteúdo problematizador da realidade racista brasileira. A seguir apresentaremos o plano de intervenção:

Quadro 2 - Plano de intervenção II

1º Momento -	Filme: Vista a minha pele;
2º Momento -	Roda de conversa sobre o filme;
3º Momento -	Produção textual sobre o tema ser negro;
4º Momento -	Apresentação dos textos

No segundo dia de intervenção iniciamos também com música afro no intuito de criar um ambiente inspirador para a intervenção. Em seguida assistimos ao filme “Vista a minha pele” o qual trata da história de uma adolescente branca que sonhava em ser miss junina e o seu maior impedimento era a sua cor, ou melhor, pertencer a

uma raça discriminada, uma classe menos favorecida. Neste contexto, o autor inverteu os papéis, ao invés da população negra ser discriminada era a população branca que o era. Por isso o nome vista a minha pele, pois os mesmos inverteram os papeis.

Após o filme, realizamos um debate, os alunos perceberam essa inversão e criticaram o racismo, deram exemplos de amigos negros que gostam e respeitam e ainda situações que presenciaram de brigas por conta de apelidos e xingamentos devido à cor da pele, do cabelo. Afinal chegaram à conclusão que o ser negro enfrenta situações racistas em seu cotidiano, seja na escola ou fora dela.



Imagem 3 – Alunos assistindo o filme (arquivo pessoal)

O próximo passo da intervenção aconteceu com os alunos distribuídos em grupos onde os mesmos produziram textos sobre a sua compreensão do filme e das nossas discussões. A seguir alguns textos produzidos pelos alunos

Nós entendemos que não devemos ter vergonha de nossa cor e nossa raça, pois se nos colocássemos no lugar delas não gostaríamos, pois eles se sentem ridicularizados. (Grupo 1)

Nossa cena preferida foi quando todas as pessoas a ajudaram. Era bom se todas as pessoas fossem assim. (Grupo 2)

Nós entendemos que os negros sofrem racismo constantemente, e achamos que nós não devemos ter preconceito por raça e cor. O preconceito é ruim e não devia existir. (Grupo 3)

Sem dúvida foi uma oficina muito proveitosa, a qual os alunos puderam expressar seu entendimento e principalmente a sua opinião, o seu sentir. A partir dessa atividade pudemos trabalhar temas como racismo, preconceito, discriminação, igualdade de direitos. O êxito da atividade realizada com os alunos é notório quando constatamos o potencial reflexivo dos estudantes e o quanto os mesmos acumulam de experiência de vida sobre o que é ser negro e os eventos de racismo e preconceito vividos. Constatamos também a postura atenta e curiosa da docente que acompanhou e auxiliou a realização da intervenção. Pareceu-nos que um novo capítulo se abriu para a professora que aprendia tanto quanto seus alunos sobre o que é ser negro no contexto da implementação da Lei nº 10.639/ 2003.

De acordo com as Diretrizes que regulamentam o ensino da história e da cultura Africana e Afro-Brasileira e da Educação das Relações étnico – raciais:

O ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana se fará por diferentes meios, em atividades curriculares ou não, em que:- se explicitem, busquem compreender e interpretar, na perspectiva de quem o formule diferentes formas de expressão e de organização de raciocínios e pensamentos de raiz da cultura africana; - promovam-se oportunidades de dialogo em que se conheça se ponham em comunicação diferentes sistemas simbólicos e estruturas conceituais, bem como se busquem formas de convivência respeitosa, além da construção de projeto de sociedade em que todos se sintam encorajados a expor, defender sua especificidade étnico- racial e a garantia para que todos o façam [...] (BRASIL, 2004, p.20).

Práticas pedagógicas reflexivas são fundamentais para a reconstrução de convivência respeitosa na comunidade escolar. Para tanto se faz necessário operar didaticamente agindo de forma intencional para a educação das relações étnico-raciais respeitosas e valorativas.

4.4 Formação dos Profissionais da Educação

A formação ocorreu no dia vinte e seis de novembro de dois mil e treze, com professores, gestores, coordenadores e demais funcionários da escola no intuito de colaborar com fundamentação teórica acerca de temas relevantes para a implementação da Lei 10639/2003, com vistas ao entendimento do que é ser negro na sociedade contemporânea. Em seguida o plano de ação da intervenção.

Quadro 3 - Plano de intervenção III

1º Momento -	Alongamento/ relaxamento
2º Momento -	Slides sobre o ser negro
3º Momento -	Roda de conversa

Neste dia, após o alongamento com o intuito de preparar os presentes para a compreensão do conteúdo, iniciamos a exposição dos slides os quais constavam conceitos e autores que fundamentam este trabalho, tais como: Munanga (2005), Santos (1999), Matos (2001), Sant'ana (2005), entre outros. Neste contexto, tratamos de temas como "racismo, preconceito, discriminação racial, estigma da cor", gerando um rico debate acerca das temáticas. Professores e demais participantes citaram diversas situações vivenciadas no cotidiano escolar e fora dele e as dificuldades encontradas para lidar com elas.

No contexto desse debate sobre o ser negro, um episódio ocorrido durante a execução do Programa de extensão gerou grande discussão. Uma das gestoras relatou que uma aluna negra passou a refletir com sua mãe sobre o pertencimento étnico-racial, beleza negra, racismo, cabelo afro, após uma palestra proferida na escola para os alunos pela professora Dr^a. Rebeca Alcântara Meijer, coordenadora das ações de extensão, como ação inaugural do referido programa. A palestra teve como meta elevar a autoestima das meninas e dos meninos negros e fazer com que alunos e alunas passassem a valorizar o ser negro. A mãe da aluna passou a duvidar da competência da escola sob a alegação de que sua filha chegou a casa com certas ideias sobre sua cor.

O tema ser negro nos parece ainda um tabu e na escola não nos parece diferente já que ela é uma instituição não isolada do contexto social. A educação das relações étnico-raciais é uma possibilidade expressiva para minimizar alguns desses problemas. Tanto os alunos quanto as famílias e professores agem movidos pelo

que aprendem nas relações racistas e excludentes. Cabe à escola promover educação intencional de combate ao racismo, fortalecendo as relações e o convívio pacífico na escola.

A intervenção formativa foi muito relevante uma vez que há a seguinte orientação nas Diretrizes que regulamentam o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira e da Educação das Relações étnico-raciais quando afirma que é necessário.

- a) Reformular ou formular junto à comunidade escolar o seu Projeto Político Pedagógico adequando seu currículo ao ensino de história e cultura afro brasileira e africana [...]
- d) Estimular estudos sobre Educação das Relações Étnicorraciais e História e Cultura Africana e Afro-brasileira, proporcionando condições para que professores gestores e funcionários de apoio participem de atividades de formação continuada e/ ou formem grupos de estudo sobre a temática. (BRASIL, 2004, P.38)

De certo que ações voltadas para os profissionais da educação a considerar: docentes, gestores, coordenadores, interventivas de formação são fundamentais não só para professores e alunos, mas para todos merendeiras, etc. A presente formação contou com quase todos os funcionários da escola já que observamos o exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais sobre o tema.

4.5 Planejamento da Ação Docente sobre o ser Negro.

Esse planejamento foi feito como parte integrante da formação no dia dois de dezembro de dois mil e treze, para os professores e demais funcionários da escola.

O principal objetivo dessa intervenção foi possibilitar de forma coletiva a construção de um plano de ação para o ano letivo de 2014 com o intuito de considerar o que rege a legislação em vigor acerca das questões raciais, considerando o direcionamento didático elaborado ao longo do Programa de extensão. A seguir o plano de ação desse momento.

Quadro 4 - Plano de intervenção IV

1º Momento -	Relaxamento/divisão de grupos
2º Momento -	Planejamento anual sobre o ser negro
3º Momento -	Apresentação dos planos
4º Momento -	Depoimentos dos participantes

Após o relaxamento orientamos a pensar em um plano de ação pedagógica tendo como tema gerador o ser negro para todo o ano letivo e não só no mês de novembro como é comum acontecer pela passagem do dia Nacional da Consciência Negra. Orientamos que não se trata de planejar eventos pontuais. O desafio é incorporar a rotina escolar de forma intencional situações formativas capazes de transformar a realidade no tocante às relações raciais.

Descreveremos a proposta metodológica acerca do ser negro elaborada para o ano letivo de 2014 da Escola Municipal Francisco Jeremias de Barros feita pelo grupo de professoras e funcionários da escola.

Quadro 5 - Proposta metodológica

<p>FEVEREIRO- Pesquisa sobre a contribuição do negro para o carnaval e as influências dos negros nas festas e danças como samba do crioulo (a), maracatu, ciranda...</p> <p>Metodologia: Dança e dramatização.</p>
<p>MARÇO E ABRIL- Pesquisa e produção de murais acerca das lutas e resistência à escravidão, formação de quilombos. Exposição dos trabalhos.</p> <p>Metodologia: aula passeio (quilombos), construção de murais com fotografias.</p>
<p>MAIO E JUNHO- Pesquisa sobre as expressões da força e liberdade dos negros no Brasil. Metodologia: Exibição de filmes e construção de textos sobre negros famosos e depoimentos de personalidades da comunidade.</p>
<p>JULHO E AGOSTO- Pesquisa das imagens dos negros na samambaia</p> <p>Metodologia: Produção de desenhos e fotografias. Produção e exposição de textos.</p>
<p>SETEMBRO E OUTUBRO- Produção de saberes sobre arvore: Baobá; Dia das crianças: Ibeji e festividades de Cosme e Damião.</p>
<p>NOVEMBRO- Produção de desfile da Beleza Negra: Reflexão das possibilidades estéticas para as garotas e garotos negros da Escola Municipal Francisco Jeremias de Barros.</p>

A partir das atividades descritas podemos perceber a dimensão da contribuição dessa formação para implementação da lei 10.639/2003 na escola campo do Programa de Extensão. O planejamento de ações é apenas um pontapé inicial. A lei exige muito mais do que um dia festivo e ou ações esporádicas no calendário escolar. Porém, a ação planejada pelos profissionais da escola representa o resultado do esforço reflexivo feito ao longo das intervenções. Na

avaliação diagnóstica constatamos a ausência de mobilização pedagógica para implementar a Lei 10.639/2003 por falta de conhecimento especializado. A formação propiciou subsídio teórico-metodológico que possibilitou a construção planejada e intencional de uma Era menos euro centrado na escola.

Não há como improvisar. O profissional da educação necessita de condições concretas para tornar a escola o espaço privilegiado onde se respeita a diversidade étnica e racial. É lá que reside a concreta possibilidade da construção de atitudes de valorização do ser negro. Coadunando com nosso pensamento está uma das metas das Diretrizes que regulamentam o ensino da história e da cultura Africana e Afro-Brasileira e da Educação das Relações étnico-raciais:

O ensino de História e cultura Afro- Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira [...] (BRASIL, 2004, p.20).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa esteve ancorada em um Programa de extensão intitulado “Didática das Africanidades na Escola” realizado pela universidade Federal do Piauí campus Senador Helvídio Nunes de Barros na escola Municipal Francisco Jeremias de Barros na cidade de Picos - PI. O programa teve como objetivo principal desenvolver ações interventivas de formação docente para a implementação da Lei nº 10639/2003. As ações foram analisadas a partir do crivo da pesquisa-ação.

Dos quatro eixos de ação desenvolvidos, a saber: literatura de base africana, saberes docentes e afro descendência, cultura negra e ser negro, detivemo-nos sobre esse último, procurando desenvolver ações e as analisando a fim de mudar a realidade problematizada na avaliação diagnóstica da pesquisa. Na ocasião constatamos a ausência de entendimento dos profissionais da educação da escola campo da pesquisa para o trato com questões étnico-raciais, sobretudo no tocante ao que é ser negro.

Isto posto é importante salientar que o objetivo de qualquer pesquisa-ação é a transformação da realidade pesquisada. Neste caso, nosso propósito foi promover ações de formação através de intervenções na comunidade escolar a fim de modificar a realidade ainda sem nenhum entendimento sobre temas voltados para as questões étnico-raciais para outro tempo, ou seja, professores em concretas condições teórico-práticas sobre tais temas.

É válido acrescentar que a formação também contribuiu significativamente para que as professoras e funcionários pudessem colaborar para a valorização do ser negro dentro da comunidade escolar, bem como para que as próprias professoras passassem a valorizar o seu próprio ser negro deixando de lado o estigma antes impregnado em si, sobretudo as professoras negras. É como se professores e alunos tivessem “enegrecido” nas ideias e no comportamento. O que antes era visto como inferior e negativo, durante a formação foi se transformando em negritude, em ser negro com fundamentação e ação pedagógica e curricular.

Isso ficou evidente no final da formação, pois nota-se no comportamento e nas falas dos participantes novos saberes e ideais acerca do negro, sua aceitação enquanto ser transformador e social diferentemente das concepções antes descritas, crianças que mesmo tendo a pele clara querendo ser negras e professoras com dispositivos diversificados e base teórica para fazer esses “saberes” perpetuarem.

A transformação pretendida pela pesquisa-ação aconteceu também em nós pesquisadores. Na verdade desconhecíamos totalmente a Lei nº 10.639/2003 e ainda podemos nos identificar como preconceituosas, e pior como racistas e a partir desse trabalho pudemos mudar nossa visão até certa medida, já que não é fácil uma transformação radical em tão pouco tempo. Porém a partir dos encontros com a orientadora começamos a desconstruir essa visão estigmatizadora e a reconhecemos juntamente com os professores e alunos participante das intervenções um olhar menos estigmatizador e mais valorizador da história do ser negro. Passamos a valorizar sua contribuição para nossa cultura, história, ciência, etc.

Apontamos como sugestões para os educadores de ensino fundamental o uso da história do ser negro sem distorcê-la, pelo contrário, valorizando sua contribuição para nossa sociedade brasileira em sala de aula em forma de oficinas ou apenas contação de histórias afro descendentes, isso fará com que os alunos possam se identificar com os personagens e elevar sua autoestima. Proporcionar momentos brincantes com as crianças onde poderão usar a dança da capoeira e um desfile para eleger a beleza negra da classe, isso fará com que as crianças se divirtam e se sintam importantes.

Pensar em atividades voltadas para a valorização da África e de suas culturas exuberantes, podendo ser utilizados como temas transversais. Convidar pessoas negras importantes da cidade para um diálogo na turma, assim os afro-brasileiros e todas as crianças vão conhecer um pouco de sua história e saber que o negro também pode ser importante na sociedade.

Para finalizar deixamos um pensamento, de Nilma Lino Gomes que afirma que:

Contudo, não podemos generalizar e dizer que todos (as) os (as) educadores (as) sofrem de apatia e passividade. Durante as palestras e debates de que tenho participado nos últimos anos, tenho notado que, aos poucos, vem crescendo o número de educadores (as) que desejam dar um tratamento pedagógico á questão racial. Esse movimento tem impulsionado a escola brasileira a pensar sobre a necessidade de se criar estratégias de combate ao racismo na escola e de valorização da população negra na educação. (2005, p.147)

REFERÊNCIAS

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. – Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acessado em: novembro de 2013.

BRASIL. **Plano Nacional De Implementação Das Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnico Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana**. Disponível em <<http://www.portaldaindiferença.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>> acessado em 23/11/13.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm>. Acessado em: novembro de 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília-DF: 20 dez. 1996. Disponível em:> http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acessado em 23/11/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2013.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local** / Hugues Dionne; tradução: Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: autores associados, 2002, v.21, p.40-51.

GOMES, N. L.; OLIVEIRA, F. S.; SOUZA, K. C. C.. **Diversidade étnico-racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas**. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas / Anete Abramowicz, Nilma Lino Gomes, organizadoras. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Cultura Negra e Identidades; 18)

GOMES, N. L.; Educação e relação sociais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o Racismo na escola**. 2. ed – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GRIGULEVICH, 1983; apud. SANT'ANA, A.O; História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P.39 p.43

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados passados pelo o IBGE de Picos – Piauí, disponível em< www.ibge.com.br>. Acessado em 19/ 11/ 2013.

MATOS, K. S. L. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

MESQUITA, L. S. **O Ser Negro em Formação de Professores em uma Escola Pública Municipal de Floriano- PI**. Monografia-UFPI: Graduação em licenciatura plena em pedagogia, Floriano, 2013.

MEIJER, R. A. S.; **Valorização da cosmo visão africana na escola: narrativa de uma pesquisa-formação com professoras piauienses**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

MUNANGA, K. (org.) **Superando o Racismo na escola**. 2. ed revisada– [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, J.R. **O que é Racismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005: Col. Primeiros Passos; 7.

SANTOS, J.R. **A questão do negro em sala de aula**. São Paulo: Ática. 1990

SILVA, A. C. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o Racismo na escola**. 2ed revisada– [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.33.

SILVA, F. S. **Verbalizações de Racismo em Escolas Públicas de Picos PI**, Monografia – UFPI: Graduação em licenciatura plena em pedagogia, Picos, 2013; 40 p.

SILVA. R.A. Algumas considerações sobre o racismo brasileiro e suas consequências. In: VASCONCELOS, J.G. (org.) **Entre tantos: diversidade na pesquisa educacional**. Fortaleza: UFC, 2006.